

**IC - Inquérito Civil n. 06.2014.00011171-5**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.**  
**0001/2018/01PJ/TRO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, neste ato representado pela Promotora de Justiça, Júlia Wendhausen Cavallazzi, doravante designada **COMPROMITENTE**, e o **Fundação Asilo de Velhos de Braço do Trombudo**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 83.781.807/0001-36, situado na Rodovia SC-281, km 184,5, Município de Braço do Trombudo, neste ato representado por seu Diretor Presidente **João Bartsch**, doravante designada **COMPROMISSÁRIA**, com base nas informações constantes nos autos do Inquérito Civil n. 06.2014.00011171-5, têm entre si justo e acertado o seguinte:

**Considerando** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/2000, estabeleceu no art. 82, incisos VI, alíneas a e e, e XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa dos direitos constitucionais e outros interesses individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, inciso I, da mesma Lei;

**Considerando** que ao Ministério Público incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF), bem como a tutela de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF);

**Considerando** que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade,

defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida (art. 230, *caput*, da CF);

**Considerando** que, em atenção ao supracitado dispositivo constitucional, a fim de garantir a proteção ao idoso foi criada a Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso);

**Considerando** o disposto nos art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 52 do Estatuto do Idoso, os quais autorizam o Ministério Público a fiscalizar as entidades que abriguem idosos;

**Considerando** que as regras estabelecidas pela Resolução – RDC/ANVISA n. 283/05, referentes ao padrão mínimo de funcionamento das instituições de longa permanência para idosos (ILPI), visam garantir a população idosa os direitos assegurados pela legislação, bem como prevenir e reduzir os riscos à saúde destes, mediante a qualificação da prestação do serviço das referidas instituições;

**Considerando** que o art. 2º da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) dispõe que *"o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade"*.

**Considerando** que o parágrafo único do art. 48 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) estabelece que *"as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos: i) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; ii) apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; iii) estar*

*regularmente constituída; iv) demonstrar a idoneidade de seus dirigentes".*

**Considerando** que o art. 50 da Lei n. 10.741/03 (Estatuto do Idoso) elenca como obrigações das entidades de atendimento: "i) *celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; ii) observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos; iii) fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; iv) oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; v) oferecer atendimento personalizado; vi) diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares; vii) oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas; viii) proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso; ix) promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer; x) propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças; xi) proceder a estudo social e pessoal de cada caso; xii) comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas; xiii) providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; xiv) fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos; xv) manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento; xvi) comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares";*

**Considerando** que a instrução do presente procedimento revelou a adequação da instituição de longa permanência à legislação vigente, à exceção da acessibilidade, que, a despeito das irregularidades atinentes irregularidades de diversas ordens na constituição e no funcionamento da entidade denominada Lar Recanto do Sossego (Fundação Asilo de Velhos de Braço do Trombudo), em

desrespeito a legislação que rege o regular funcionamento das instituições desta natureza, como o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) e a Resolução RDC/ANVISA n. 283/05;

**RESOLVEM** formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

**I – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO**

**CLÁUSULA 1ª - A COMPROMISSÁRIA** compromete-se a incluir em seu contrato de prestação de serviços, disposição expressa, na hipótese de participação do idoso no custeio da entidade, que a participação não excederá a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso **(prazo para cumprimento: 90 dias)**;

**Parágrafo único – A COMPROMISSÁRIA** compromete-se a notificar, por escrito e mediante assinatura do notificado, os representantes legais dos idosos acolhidos no sentido de que na hipótese de participação do idoso no custeio da entidade, que a participação não excederá a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso **(prazo para cumprimento: 90 dias)**;

**CLÁUSULA 2ª - A COMPROMISSÁRIA** compromete-se, nas hipóteses de participação do idoso no custeio da entidade e em que o benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso é sacado por terceiro, em exigir instrumento procuratório ou, no caso de incapacidade, a nomeação de curador **(prazo para cumprimento: 90 dias)**;

**CLÁUSULA 3ª - A COMPROMISSÁRIA** compromete-se a executar obras de adaptação das instalações da entidade às exigências contidas nas normas técnicas de acessibilidade pertinentes, no Decreto n. 5296/04 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor **(prazo para cumprimento:**

**180 dias);**

**Paragrafo único** – As obras as serem executadas estão descritas nos relatórios do CREA e da Vigilância Sanitária Estadual, quais sejam, conserto dos desníveis em forma de rampas na transição da área interna para externa e troca do guarda corpo com peitoril para que obedeça à altura mínima de 1m.

**Parágrafo único** - A **COMPROMISSÁRIA**, no prazo estipulado nesta cláusula, compromete-se em realizar a pintura do guarda-roupas em madeira com tinta plástica para ornar a superfície lisa, bem como proceder ao fechamento do acesso ao jardim, a fim de resguardar a segurança dos idosos(**prazo para cumprimento: 180 dias**);.

**CLÁUSULA 4ª** - A **COMPROMISSÁRIA** compromete-se em adequar os recursos humanos da instituição ao estipulado na Resolução RDC/ANVISA n. 283/2005, notadamente quanto (**Prazo de cumprimento: 90 dias**):

**I - Para os cuidados aos residentes:**

(a) grau de Dependência I: um cuidador para cada 20 idosos, **ou fração, com carga horária de 8 horas/dia;**

(b) grau de Dependência II: um cuidador para cada 10 idosos, **ou fração, por turno;**

(c) grau de Dependência III: um cuidador para cada 6 idosos, **ou fração, por turno;**

**II – Para as atividades de lazer:**

(a) um profissional com formação de nível superior para cada 40 idosos, com carga horária de 12 horas por semana

**III – Para serviços de limpeza:**

(a) um profissional para cada 100m<sup>2</sup> de área interna ou fração por turno diariamente.

## **II – DA MULTA**

**CLÁUSULA 5ª** - O não cumprimento dos itens ajustados implicará o pagamento de multa pecuniária no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)** a cada dia de descumprimento, reajustado pelo INPC ou índice equivalente, exigível enquanto pendurar a violação.

**CLÁUSULA 6ª** - Os valores atinentes às multas previstas nas cláusulas anteriores serão recolhidas ao **FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, criado pelo Decreto nº 1047, de 10.12.87 e com disposições constantes na Lei Estadual 15.694/11, cujo quantum deverá ser devidamente atualizado pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso;

**CLÁUSULA 7ª** - A inexecução do compromisso previsto nas cláusulas anteriores facultará ao Ministério Público, após decorrido o prazo pactuado, a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo das penas administrativas.

## **III - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 8ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o compromissário, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 9ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 10ª** - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial e que será submetido à

análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 20 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Trombudo Central, 06 de fevereiro de 2018

**JÚLIA WENDHAUSEN CAVALLAZZI**  
**Promotora de Justiça**

**JOÃO BARTSCH**  
**Lar Recanto do Sossego**

**MARCOS MÜLLER**  
**Procurador da ILPI**  
**(OAB/SC 13.620)**

#### **TESTEMUNHAS**

1. **Everson Pedroso (Gerente Regional de Saúde)**
2. **Luiz Carlos Zanis (Fiscal da VISA Estadual)**